A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO RACISMO

CAMILA DO NASCIMENTO

Editora MultiAtual

A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO RACISMO

CAMILA DO NASCIMENTO

Editora MultiAtual

© 2021 – Editora MultiAtual

www.editoramultiatual.com.br
editoramultiatual@gmail.com

Autora

Camila do Nascimento

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/MultiAtual

Revisão: A autora

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Me. Glauber de Araújo Barroco Lobato, Fundação Getúlio Vargas, FGV

Esp. Ricael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Esp. Alessandro Moura Costa, Ministério da Defesa - Exército Brasileiro

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nascimento, Camila do

N244c A Ciência como Legitimadora do Racismo / Camila do Nascimento. – Formiga (MG): Editora MultiAtual, 2021. 50 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-994079-2-5

1. Ciência. 2. Racismo. 3. Sociedade. 4. Ciência e História. I. Nascimento, Camila do. II. Título.

CDD: 320.56
CDU: 930

Os **conteúdos** dos artigos científicos incluídos nesta publicação são de **responsabilidade** exclusiva dos seus respectivos **autores**.
2021

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Editora MultiAtual é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Editora MultiAtual
Formiga – Minas Gerais – Brasil
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001
www.editoramultiatual.com.br

A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO RACISMO

Camila do Nascimento

(colaboração de Patrícia do Nascimento)

Orientador: Prof. Dr. Fernando Jesús Carbayo Baz

DEDICATÓRIA

Dedico aos meus antepassados, que vieram de navio negreiro, amontoados como animais. Também àqueles que nem conseguiram chegar à costa brasileira porque foram jogados ao mar ainda vivos. Às mulheres que foram violentadas, aos filhos de escravos que foram abandonados, aos que foram açoitados covardemente, aos que foram arrancados de suas famílias, aos que lutaram bravamente como Zumbi dos Palmares e também àqueles cujo nome a história não fez questão de mencionar. Aos que foram impedidos de frequentar a escola. Dedico a todos que sofreram com a injustiça da escravidão. E que os tolos que agiram covardemente embasados pelo racismo, que estes se envergonhem, a prova maior de que não há nada de diferente entre as populações está em nós mesmos.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre foi meu alicerce, as minhas irmãs em especial Tânia e Patrícia, que insistiram para que eu prestasse o vestibular e colaborou com o enriquecimento deste texto, aos meus professores e ao meu professor orientador, Fernando Carbayo, pela imensa paciência e dedicação.

Aos meus antepassados, aos meus Orixás que me ajudaram até hoje a resistir e sobreviver.

E Deus criou o homem...
Vendo o homem só, criou a mulher.
Disse Deus " Não é bom que o homem fique só"
Caravelas, navios invadiram meu reino, minha terra.
Reis foram separados das rainhas, príncipes deixaram suas princesas...
Num tormento monstruoso, aportaram numa terra e por segundos ficaram felizes.
Mas Só por um segundo...

Nossos corpos foram violados
Os corpos deles foram chicoteados
Nossos corpos foram usados
Nossos corpos não foram amados
Foram violentados, estuprados
Os homens que apanharam esqueceram como amar
As mulheres coisificadas.

Não fomos criadas para ser amadas ou amar.

Ei neguinha,

Ei, macaca,

Ei sua preta,

Negra quente,

Não sou suas negras,

E as negras são de quem?

Objeto, coisificado, hiperssexualizado

Mas nunca, nunca amado.

Autocuidado

Militância

Resistência

Sobrevivência

Quero denegrir

Pra isso não posso ruir

Quero denegrir a geração futura

Denegrir tuas ideias racistas

Sua fala sexista

Este teu olhar machista

Chega!

Desista!

Se por vocês meu corpo não é amado, ele é protegido

Por Oxum, ora ye ye ô

Odayá, Oyá, Atoto baba.

Se teu olho não me vê

É visto, amado e guardado, por Oxalá

É triste viver numa época onde é mais fácil dividir um átomo do que quebrar preconceitos.
Albert Einstein

Minha mãe aos 18 anos 1960 - Ferraz de Vascocelos

SUMÁRIO

RESUMO	***10***
Capítulo 1 **INTRODUÇÃO**	***12***
OBJETIVOS	***15***
Capítulo 2 **BASES HISTÓRICAS DO RACISMO**	***16***
Racismo e religião	***17***
Racismo e ciência	***21***
Legislação racial no Brasil	***31***
Capítulo 3 **AS CONSEQÜÊNCIAS DO RACISMO NA SOCIEDADE**	***37***
Capítulo 4 **BASES BIOLÓGICAS DAS RAÇAS HUMANAS**	***40***
Capítulo 5 **CONCLUSÕES**	***43***
BIBLIOGRAFIA	***45***
CURRÍCULO DA AUTORA	***49***

RESUMO

A CIÊNCIA COMO LEGITIMADORA DO RACISMO

Camila do Nascimento

RESUMO

A discriminação das pessoas em razão da cor da pele, pelos não pretos, foi disseminada pela cultura ocidental, detentora das formas de poder, e foi sustentada em supostos princípios religiosos científicos, como a eugenia. Os brasileiros discriminam as pessoas pela raça; o antecedente mais marcante, por sua violência, é a escravatura. Neste trabalho se faz uma recuperação histórica das origens do racismo, se desvela a inexistência de base científica do tratamento discriminatório; analisam-se as suas consequências para o conjunto da sociedade e, a modo de estudo de caso, se examina como o racismo se introduz nas escolas.

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem. Nascem iguais em dignidade e direitos e todos formam parte integrante da humanidade. Este é o primeiro parágrafo do artigo primeiro da Declaração sobre a raça e os preconceitos raciais, aprovada e proclamada pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em 1978. Chama a atenção que uma ideia tão básica, a pertença de todos os homens a uma mesma espécie, tenha sido objeto de uma conferência das Nações Unidas. A esta Declaração subjaz uma ideia errônea a respeito de raças. Esta ideia, implantada há muito tempo por cientistas, pensadores e muitos homens influentes, legitimou "cientificamente" o preconceito racial, que prevalece hoje na forma de tragédias históricas como a escravidão, e cujas consequências alastram-se até os dias de hoje.

Desvendar o revestimento científico que dá suporte à ideologia racista é

fundamental para compreender como se podem tornar mais aceitáveis e "verdadeiras" as ilusões e ideias que ela difunde. No entanto, isso não é suficiente para esclarecer a necessidade e o desejo que levam as pessoas a serem tão facilmente persuadidas pela ideologia do racismo. Não parece errôneo pensar que a construção da racionalidade e da cultura europeia e os interesses de dominação, conquistam, usurpação das riquezas encontradas no continente africano fossem os pilares sobre os quais se edificaram as teorias racistas em relação aos povos negros (dos Santos, 2006: 60-61). Além disso, a religião tem um importante papel na existência do racismo (Chaui, 1993).

No Brasil existe racismo, principalmente contra negros. A problemática do racismo no Brasil teve início com a introdução de escravos africanos e floresce até hoje, mesmo após a abolição da escravatura em 1888. O Brasil foi o último da América a abolir a escravidão. Depois do Brasil só países da Ásia (Coréia em 1894, China em 1910, Nepal em 1921), da África (Etiópia em 1942, Mauritânia em 1980) e Oriente Médio (Irã em 1928, Qatar e Yemen em 1962, Emirados Árabes em 1963, Oman em 1970) mantinham vigente a escravidão. Mesmo havendo sido abolida oficialmente a escravidão, e tendo sido objeto de uma Declaração do mais alto organismo internacional, as Nações Unidas, esta prática discriminatória é amplamente estendida pelo mundo e pelo Brasil, como documentam diversos estudos (http: //br.br101.org/abolição-escravatura-brasil-mundo.html). A discriminação racial tem consequências gravíssimas bom convívio em sociedade e para a dignidade das pessoas (Aragão, 2000)

Discriminar pela raça não se restringe às pessoas adultas, mas também se observa em crianças e adolescentes (Cavalleiro,2001). Mas, como uma criança pode adquirir este comportamento? A criança vive em um ambiente de racismo? É

na infância que se torna uma pessoa racista, e este comportamento perdura na vida adulta? Existem realmente bases científicas ou religiosas que justifiquem o racismo?

OBJETIVOS

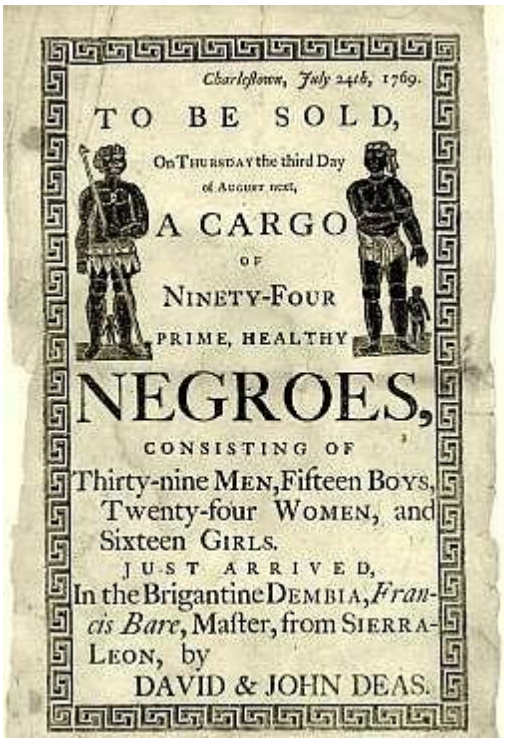
Visto que o racismo está presente em diversas esferas no Brasil e considerando seus danosos efeitos sobre a pessoa e a sociedade, colocam-se como objetivos:

- Analisar as bases históricas do racismo, com especial atenção a suas relações com a ciência e a religião;
- Mostrar a perspectiva científica atual, especialmente a biológica, do conceito de raça;
- Analisar as interferências do racismo no processo de aprendizado dos escolares mediante um estudo de caso.

Capítulo 2

BASES HISTÓRICAS DO RACISMO

BASES HISTÓRICAS DO RACISMO



Racismo e religião

Em vários setores da sociedade se encontram sinais da questão racial. Dentre elas destaca-se a religião. No século XV, o Papa Nicolau, máximo representante da Igreja católica assinou uma Bula Papal mediante a qual dava liberdade ao rei de Portugal para escravizar os africanos por serem pagãos e sarracenos [mouros, árabes]. O Papa Nicolau disse ao Rei de Portugal, Afonso V: "Nós lhe concedemos por este presente documento, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer

que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades ... e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão e apropriar-se e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores" (Batista, 1988). Em 8 de Janeiro de 1554, estes poderes foram estendidos ao Rei da Espanha.

Há várias especulações sobre o porquê da cor negra. Santos faz uma reflexão sobre o problema e o leva para o meio religioso: "A cor que os distinguia dos brancos era estranha e pedia explicação... Seriam os negros tão escuros por sua descendência de Caim, que teve sua face enegrecida por Deus após matar Abel? Ou pela maldição de Noé sobre Cam, do qual todos os negros descenderiam?" (Santos, 2006). A autora se refere aos versículos 1-16 do capítulo 4 do Velho Testamento, que narra o castigo que Deus infligiu a Caim por ter matado Abel e enegreceu sua face como marca para que ninguém o ferisse. Daí a teoria de que Caim tenha sido o pai da raça negra, em franca alusão ao pecado e à maldição. Em outra passagem do Gênesis, Noé, após ter se embriagado, tem sua roupa retirada pelo filho Cam. Quando Noé descobre o que aconteceu, amaldiçoa Cam, descendente do povo egípcio (Bíblia Sagrada). O negro é analisado, questionado, dando a impressão de que se trata de um fenômeno diferente, podendo ser uma manifestação da natureza ou de alguma força divina.

Isso fica evidente, inclusive, ao vislumbrarmos a obra de Modesto Brocos ( ), curiosamente intitulada "A REDENÇÃO DE CAM".

Trata-se de óleo sobre tela (1895), na qual o artista espanhol, posteriormente naturalizado brasileiro, expõe nitidamente o pensamento racista e a teoria do branqueamento tão divulgado e operado em fins do século XIX, onde podemos notar a alegria e júbilo da avó, negra, certamente ex-escravizada, sua filha já miscigenada (certamente fruto de estupro, tão comum naquela época), e o neto, fruto de nova miscigenação com o "branco europeu", que chegou ao Brasil justamente para esse fim.

Não só, mas também a cultura islamita também considerava o negro desaprovadoramente. Jean Léon L'Africain (1824 - 1904), muçulmano responsável pela transmissão da imagem do negro na França, no século XVI, dizia que "são brutos sem razão, sem inteligência e sem experiência. Eles não tem absolutamente nenhuma noção do quer que seja. Eles vivem como bestas, sem regras e sem leis" (Santos, *apud* Cohen, 1981: 24).

Outros nomes importantes da Igreja protestante também deram sua contribuição para a ideia do racismo. Ellen G. White, considerada como profetisa da Igreja Adventista do Sétimo Dia, fez várias declarações relativas às diferenças raciais. Aqui citamos três:

> “Há uma objeção ao casamento de brancos com negros. Todos devem considerar que não têm o direito de trazer a sua prole aquilo que a coloca em desvantagem; não têm o direito de lhe dar como patrimônio hereditário uma condição que os sujeitaria a uma vida de humilhação. Os filhos desses casamentos mistos têm um sentimento de amargura para com os pais que lhes deram essa herança para toda a vida. Por essa razão, caso não houvesse outras, não deveria haver casamentos entre brancos e negros (...) Quanto à conveniência de casamento entre jovens cristãos brancos e negros, o esclarecimento que me foi dado da parte do Senhor foi que esse passo não devia ser dado; pois não é certo criar discussão e confusão. Tenho tido sempre o mesmo conselho a dar. Nenhuma animação deve ser dada a casamentos dessa espécie entre nosso povo. Que o irmão negro se case com uma irmã negra que seja digna, que ame a Deus e guarde os Seus mandamentos. Que a irmã branca que pensa em unir-se em casamento a um irmão negro se recuse a dar tal passo, pois o Senhor não está dirigindo nessa direção” (White, 1912: 343-344).

"As pessoas de cor não devem pressionar para serem colocados em igualdade com os brancos" (White,1912:214).

Oportunidades estão sempre aparecendo nos Estados do Sul, e muitos homens de cor são chamados ao trabalho. Mas, por muitas razões, os brancos devem ser escolhidos como líderes. Todos nós somos membros de um corpo que é completo unicamente em Jesus Cristo, que vai elevar seu povo do baixo nível que o pecado degradou e então serão colocados onde devem ser reconhecidos nas cortes celestiais como trabalhadores juntos a Deus" (White, 1912: 202).

> "Todas as espécies de animais que Deus havia criado foram preservadas na arca de Noé. As espécies mescladas que Deus não criou, e que foram o resultado de amalgamas (mistura de raças), foram destruídas pelo dilúvio. Desde o dilúvio, tem havido amalgama entre seres humanos e bestas, como se pode ver em certas raças de homens" (White, 1912: 343-344).

Percebo aqui inúmeros fatores que deram um pontapé para o racismo, que em nome de "Deus" puderam justificar seus atos e palavras injustas. Porem apenas a palavra divina não era o suficiente, seria necessário então cunho cientifico para que a população desse credito e pudesse provar da "falha divina" ao criar "uma outra espécie".

Racismo e Ciência

Além da religião, a Ciência também se imiscuiu-se na questão racial, e com maior repercussão, para provar de toda forma a inferioridade do negro. Joseph Arthur, Conde de Gobineau (1816-1882), foi um dos mais conhecidos teóricos do racismo. Em 1853 fez a seguinte afirmação: "Tal é a lição da história. Ela nos mostra que todas as civilizações derivam da raça branca, e que uma sociedade só é grande e brilhante enquanto preservar o sangue do grupo nobre que o criou, desde que esse grupo também pertença ao ramo mais ilustre da nossa espécie" (Gobineau, *apud* Santos, 2006). Desta maneira, o sangue negro piora o branco. Para Gobineau, o negro é marcado pela imaginação, sensibilidade e sensualidade enquanto o branco pela inteligência, praticidade ética e moral. Ele acreditava na ideia que a

natureza tinha gerado um número limitado de tipos, que dizia respeito às raças puras iniciais, e que a mistura a degradaria aos poucos. Portanto, defendeu que a miscigenação racial levaria à absorção da raça ariana e, em consequência, à decadência da Humanidade. “Para ele o negro é o ser mais primitivo na escala evolutiva” (Santos, 2006: 53).

Ilustres pensadores também simpatizavam com a ideia das raças. Voltaire (1694-1778) acreditava que existiam distintas origens para a raça humana e várias subespécies de homens. Diderot fez uma descrição dos habitantes da África: “Não somente sua cor os distingue, mas eles diferem dos outros homens, pelos traços de seu rosto, narizes largos e chatos, lábios grossos e lã no lugar dos cabelos, que parecem constituir uma nova espécie de homem” (Diderot, 1778-1779, *apud* Santos, 2006: pág. 32). Santos afirma que muitos médicos têm pesquisado a causa cor dos negros, e as conjecturas estabelecem como causa a bile ou a substância líquida encontrada nos vasos que preenchem os corpos mucosos. Nota-se como cada detalhe é investigado *cientificamente* sem recorrência a qualquer explicação que possa ser tomada como metafísica (Santos, 2006: 32).

Contudo, somente no século XIX o termo raça começa a ser usado para dar a ideia de diferenças físicas passadas por hereditariedade. Esta teoria da diferença racial legitimada na biologia deu pontapé final à ideia de que a natureza forma algumas pessoas somente para servir, que está diretamente relacionada à raça negra, inclusive diante dos aspectos biológicos, que legitimariam a referida inferioridade diante do tamanho de seu crânio e pelo seu desenvolvimento em sociedade.

Franz Gall, (1758-1828) médico alemão, avaliou a capacidade dos negros pela craniometria (medida das características do crânio de modo a classificar as

pessoas de acordo com raça, temperamento criminoso, inteligência), de maneira que, pelo formato do crânio seria possível descobrir a capacidade de cada raça. As avaliações realizadas em cabeças de negros, brancos e índios culminou com a descoberta de que o tamanho da caixa craniana dos africanos era menor. Com isso chegou-se à conclusão de sua inferioridade no que diz respeito à inteligência. Charles Hamilton Smith (militar naturalista inglês, 1776-1859) escreveu "O cérebro humano assume sucessivamente a forma dos negros, mulatos, malaios, dos americanos e dos mongóis, antes de atingir a forma caucasóide" (Smith, 1848, *apud* Santos, 2006: 53). A frase citada de Santos nos exemplifica acerca do pensamento de Charles Hamilton no que tange a evolução do homem ate chegar a forma caucasóide.

"O ideal de perfectibilidade, associado agora à noção de evolução pressupõe a existência de povos menos evoluídos, perfeitos maduros. Some-se a isso a moral do trabalho divulgada pela burguesia e assimilada no século XIX, e veremos ruir o ideal do bom selvagem, primitivo, pelo qual as leis da natureza desenvolviam-se sem nenhum empecilho. Nesse momento, a ideia de raça passa a funcionar como catalisador e solução para todos os problemas" (Santos, 2006: 48).

Na grande e influenciadora Europa nasce o eugenismo com Francis Galton (1822-1911), antropologista, meteorologista, matemático e estatístico inglês. Após uma crise nervosa, resultante de divergências com os críticos aos seus trabalhos de meteorologia, Francis Galton só se recuperou após o lançamento do livro *A origem das espécies*, por Charles Darwin. Neste ponto, é importante frisar a importância de Darwin na vida de Galton, que mesmo sendo treze anos mais velho, sempre deu apoio aos empreendimentos do primo Galton. A teoria evolutiva, a seleção natural, a grande polêmica com os criacionistas cristãos despertou em Galton o que se

tornaria seu principal objeto de estudo: **o aperfeiçoamento da raça humana**. Sem dúvida, o parentesco com Darwin contribuiu para isso.

A teoria evolutiva de Darwin defende que as transformações que ocorriam com as espécies eram alterações das espécies já existentes. Darwin desconhecia as causas que levariam as espécies a se modificar. Quando leu um livro de Thomas Maltus sobre populações, no qual afirmava que as populações tendem a crescer em progressão geométrica e os alimentos cresciam em progressão aritmética. O crescimento acelerado da população levaria à escassez de alimentos e de espaço necessário à sobrevivência. Esta obra contribuiu para que Darwin elaborasse a teoria de seleção natural, na qual concluiu que todos os organismos que nascem nem sempre apresentam condições de sobrevivência. Apenas sobrevivem os que têm maiores condições de adaptarem-se às condições ambientais, e eles reproduzem-se deixando descendentes férteis.

A teoria evolucionista foi o pontapé que inspirou Galton a dedicar-se ao desenvolvimento de uma teoria social que tivesse como objetivo principal a evolução da raça. Para ele, essa teoria poderia se converter numa nova religião (Galton, *apud* Raquel Pelaez, op. cit.: 27).

A Eugenia que tem origem do grego “eugenes”, quer dizer *de boa linhagem*, *dotado hereditariamente com nobres qualidades*. Galton afirma que a evolução do homem é impedida pelo fato de que as pessoas inferiores procriam mais rapidamente que as superiores. O autor defende a ideia da eugenia - purificar a raça, aperfeiçoar o homem, evoluir a cada geração, ser belo e forte. Inclusive fez a seguinte afirmação: “O que a natureza faz às cegas, devagar e impiedosamente, o homem pode fazer com cuidado, rapidez e carinho”. A frase acima nos mostra o pensamento dos eugenistas que com esterilizações e a morte de alguns indivíduos

não aptos a evolução seria melhor e poderiam melhorar o que e a natureza fez de errado. Os padrões de beleza expressos pelos gregos antigos foram o parâmetro de saúde física e mental para os eugenistas. Nesse sentido, a luta pela vida, na qual só os mais bem adaptados sobrevivem, a permanente competição e a conclusão de que os mais bem "equipados" biologicamente têm maiores chances de se perpetuar na natureza. Tais ideias encontrarão eco nas teorias econômicas e sociais que justificarão o comportamento humano em sociedade. Dessas aplicações essencialmente políticas surgirá o darwinismo social, que, dando voz aos argumentos racistas e eugenistas, era consoante também com os princípios da burguesia industrial e deu a base científica, do ponto de vista econômico, para os objetivos de controle e permanência no poder. Assim, higienistas e evolucionistas contribuíram para a biologização da sociedade, de maneiras diferentes. O primeiro grupo, com fins técnicos e menos político, adquiriu repercussão internacional e prestígio imediato; eram, essencialmente, adeptos do lamarckismo – Jean Baptiste Lamarck (1744-1829) desenvolveu a lei dos caracteres adquiridos, hoje ultrapassada – e acreditavam que o meio ambiente e o comportamento têm a capacidade de influenciar os caracteres hereditários, na defesa de políticas sanitárias.

Em suas bases de apoio estavam as teorias mendeliana e weismaniana, ambas de suma importância para se entender a hereditariedade. O monge Gregor Johan Mendel (1822-1884) é hoje conhecido como o "pai da genética" por ter sido o primeiro a demonstrar as leis da hereditariedade. Através da observação dos cruzamentos de ervilhas, ele concluiu que as combinações dos caracteres das partes cruzadas eram imutáveis, podendo ser dominantes ou recessivas, dependendo da combinação dos pares. O mendelismo só foi conhecido em 1900 com a popularização das pesquisas por ele efetuadas, e influenciaram

decisivamente os darwinistas sociais. As ideias de August Weismann (1834-1914) complementam aquelas de Mendel, além de reforçarem os conceitos de Darwin.

De acordo com a teoria de Weismann, o plasma germinativo, hoje conhecido como gametas, é responsável pela transmissão dos caracteres ancestrais e imutáveis pelo meio ambiente. Dessa forma, a seleção natural asseguraria a eliminação natural dos caracteres defeituosos, inferiores e mais fracos através das gerações.

O darwinismo social vai se apropriar dessas ideias para legitimar seus desejos de controle ideológico. Baseados na luta pela vida, na concorrência e na seleção, os caminhos para solucionar os problemas sociais deveriam visar, acima de tudo, ao triunfo do indivíduo superior para, depois, aperfeiçoá-lo em busca do super-homem. A Inglaterra do século XIX, berço do darwinismo social e da eugenia, criou as condições objetivas para a proliferação de tais teorias.

A ameaça popular advinda com a Comuna de Paris, em 1848, assim como a emergência das teorias de esquerda, espalhou se pela Europa e transformaram a pobreza em sinônimo de perigo e inferioridade. Essa situação política e ideológica, somada ao problema sanitário gerado pelo vertiginoso crescimento das cidades, tornou a Inglaterra um lugar degenerado, na visão dos biólogos da época. Sem infraestrutura, a insalubridade e as doenças epidêmicas (varíola, tuberculose, tifo, escarlatina etc.) despertaram o interesse dos higienistas inspirados pelas descobertas de Pasteur (1822-1895). Era preciso curar muitos doentes. Era preciso evitar a degeneração e controlar a multidão. A Inglaterra e o mundo nunca mais seriam os mesmos. Foi então que Francis Galton criou uma técnica de análise chamada retratos compostos, que tinha por finalidade definir padrões da personalidade através de características fisionômicas para entender a população.

Apesar de seus esforços, somente a partir do início do século XX a doutrina eugênica ganhou espaço nos meios intelectuais e acadêmicos da Europa, e Estados Unidos. Para reforçar sua empreitada pela eugenia, Galton contou com a colaboração do físico e estatístico Karl Pearson (1857 – 1936), seu fiel companheiro de pesquisas, e do zoólogo Walter Frank Weldon (1860-1906).

Galton pronuncia a "Huxley Lecture", conferência anual em homenagem ao biólogo inglês Julian Huxley (1887-1975). Nela, Galton insiste na necessidade de aperfeiçoar a humanidade e, principalmente, a raça inglesa, na sua opinião, em estado de decadência. Apesar da pouca repercussão de suas ideias na Inglaterra, a revista *Nature* publica um resumo da conferência, que chega aos Estados Unidos, causando muito interesse entre os cientistas de lá, principalmente do biólogo Charles B. Davenport (1866-1944) um dos maiores adeptos e defensores da eugenia mundial.

O sucesso da conferência proferida por Galton foi tão grande nos Estados Unidos que, em 1903, foi criada a primeira sociedade eugênica norte-americana: a Associação Americana de Reprodução ligada à Associação Americana Acadêmica de Agricultura, sediada em Saint Louis. Em 1912, um ano após a morte de Francis Galton, a Sociedade de Educação Eugenista promove o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, em Londres. A eugenia já tinha status de ciência, talvez de religião, institucionalizada e "científica", e adquiriu adeptos em todo o mundo.

Quando as ideias eugênicas chegaram ao poder, foi usada como arma política de discriminação social e limpeza étnica. Governantes da Alemanha, Estados Unidos e Escandinávia, foram seus maiores executores, embora se estendesse por todo o mundo.

Muito mais recentemente, Herrnstein e Murray (1994) defenderam "cientificamente" que a inteligência, medida pelo quociente de inteligência, QI, tem uma carga genética, e que as diferentes racas humanas são diferentemente inteligentes. Este racismo científico foi refutado por Gould (1991) argumentando ser equivocado converter o abstrato –inteligência– em concreto –QI– e tentar encaixar a variação de sistemas complexos –como as diferenças entre os seres– em sistemas de escala –QIs.

No Brasil, seguindo a tendência eugenista mundial, que classificava as pessoas por raças e estas classificadas em superiores e inferiores, sendo a “raça” branca, superior, partilhou de teorias e práticas desta natureza,

> “acreditava-se que o cruzamento entre duas “espécies” de cores diferentes gerava naturalmente uma população mais clara, uma vez que os genes brancos eram supostamente superiores e mais fortes. Além disso, acreditava-se que a população negra diminuía por uma relação entre as taxas de natalidade (supostamente menores entre os negros) e expectativa de vida. Por fim, partiam do princípio de que era necessário incentivar a imigração, principalmente europeia, para o Brasil, o objetivo claramente girava em torno de aumentar a porcentagem de “brancos puros” em relação aos negros e mestiços. Tais ideais alimentaram conteúdos discriminatórios que possuem ecos ainda nos dias de hoje e levantam questionamentos sobre o racismo e os limites da cidadania do negro do Brasil.” (LILIA M SCHWARCZ, MARIA HELENA P T MACHADO (organizadoras). EMANCIPAÇÃO,

INCLUSÃO E EXCLUSAO: DESAFIOS DO PASSADO E DO PRESENTE. São Paulo: EDUSP, 2018. P. 295)

Por outro lado, havia ainda uma divergência quanto aos conceitos e teorias de superioridade

> "O conceito de raça que é próprio desta época não é homogêneo, pois havia muitos debates entre os cientistas sobre como entender e explicar a diversidade humana. Mas podemos perceber alguns elementos básicos. Primeiro a ciência revelava realidades que jaziam ocultas em um olhar superficial: a forma e o tamanho do crânio, por exemplo, eram objeto de medição meticulosa para demonstrar como fato cientifico que os europeus possuíam crânio maior; a cor e a aparência superficial eram sinais de raça, mas a verdade estava dentro do corpo e a ciência podia revela-la. Segundo, estas teorias usualmente dividiam a humanidade em quatro ou cinco raças, que eram tipos biológicos separados e permanentes, por pelo menos muitos milhares de anos. As raças se distinguiam por sua anatomia, incluindo a cor da pele, que representava papel importante, ainda que não totalmente determinante, e as raças estavam claramente organizadas em hierarquias europeias sempre acima." RAÇA, RACISMO E GENÉTICA: em debates científicos e controvérsias sociais. MARIA GABRIELA HITA (organizadora). EDUFBA. Salvador, 2017. P. 56

Neste sentido, a presença do negro foi amplamente investigada com a finalidade de sua extinção, alguns criam, como citado acima, que a mestiçagem embranqueceria a população negra com o passar das gerações e o branco se sobressairia, pela sua superioridade. No entanto, importa destacar aqui um dos que não acreditavam na teoria do branqueamento pela mestiçagem, mas na extinção total dos negros, o que foi inclusive chamado de “Apóstolo da Antropologia Criminal do Novo Mundo”: Raimundo Nina Rodrigues.

Formado em medicina um ano após a abolição da escravatura, Nina Rodrigues ficou conhecido pelos seus estudos que relacionavam a raça negra à tendência criminosa, o que justificaria sua eliminação gradual, e que a tentativa de mestiçagem constituía uma perda de tempo e energia para a raça branca. Para ele:

> “Os extraordinários progressos da civilização europeia entregavam aos brancos o domínio do mundo, as suas maravilhosas aplicações industriais suprimiram a distancia e o tempo. Impossível conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota de sua emancipação social.”

A questão supostamente cientifica, na verdade buscava simplesmente a ratificação e o aval cientifico para justificar a hierarquia racial e com ela a crueldade e desumanidade com a qual os africanos e povos originários eram vistos e submetidos, a malfadada subordinação de um povo por outro, no entanto é importante frisar que a ciência autêntica jamais apoiou estas teorias.

“(...) para os escravagistas, os negros eram desprovidos de inteligências e não possuíam alma. Como todos aqueles que apostam contra a espécie humana,

baseava-se numa ideia absurda e irracional: a da superioridade de um grupo racial sobre outro, e também na crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual próprios”.

Legislação racial no Brasil

Ao tempo do malfadado “descobrimento”, vigoravam em Portugal as ordenações Alfonsinas e Manuelinas (de 1446), que por sua vez replicavam a legislação de D. Alfonso X, rei de Castela e Leão, que consistiam numa consolidação de leis organizadas entre 1263 e 1265, na qual, dentre os temas disciplinados, explicava a origem da servidão e a razão de sua existência e seus tipos, mas que deixava evidente a não naturalidade de tal relação, permitindo o direito à alforria.

Mais tarde, as ordenações Filipinas, de 1603, se mostraram bem mais condizentes com a realidade das colônias ameríndias. Nelas não se tratava mais de SERVO, mas sim de ESCRAVO e este “qualificativo” apenas em relação aos africanos e, ainda, na categoria de comércio, coisa comercializável.

Na época da independência, o país contava com aproximadamente 1.140.000 de pessoas escravizadas e o império não herdou apenas a estrutura escravista, mas toda a legislação pertinente, recepcionando as Ordenações Filipinas. (MANUEL JURÍDICO DA ESCRAVIDÃO: Império do Brasil. André Barreto Campello. 1ª ed. Jundiaí-SP: Paco. 2018. P. 31/35)

Neste contexto, destacam-se algumas leis que legitimaram a marginalização do negro.

Lei complementar à Constituição de 1824, que proíbe os negros de frequentar as escolas sob a alegação de serem portadores de doenças contagiosas, que vigorou até 1889.

No decreto Lei Nº 1331A de 1854 conhecido como reformas Couto Ferraz (então ministro do Império), que regulamentava a reforma do ensino Primário e secundário. No artigo 69 dessa lei se estabelecia que eram proibidas a matricula e frequência nas escolas públicas ou privadas (leia-se escolas da Igreja) pessoas que padecem de moléstias contagiosas, a pessoas não vacinadas e a escravos.

Os negros não escravos, eram considerados transmissores de doenças contagiosas (pelos Brancos), então pela lei mesmo não sendo escravos eles não podiam frequentar as escolas. O Decreto nº 7.031-A de 06/09/ de 1878 e o estendem, inclusive, aos negros livres, como fica estabelecido da Lei nº 1 de 04/01 de 1837 (RJ) (Cunha, 1999: 88). Em 1864, no Colégio de Artes Mecânicas, no Rio Grande do Sul, a lei mandava recusar matrículas às crianças de cor preta e aos escravos e pretos, "ainda que libertos e livres" (Lima, 1993).

Após isso foi implantada a lei de Terras de 1850, número 601. No Brasil especificamente, no século XIX, o café substituíra o açúcar como motor da economia agrária, e os grandes barões cafeeiros precisavam solucionar dois grandes problemas: o da legalização da (rentável) propriedade e a obtenção de mão-de-obra. A proibição do tráfico de escravos era uma realidade em 1830 na Inglaterra, e os proprietários temiam que em muito pouco tempo houvesse escassez de mão - de - obra. Diante desse quadro, a Lei de terras não surge unicamente para solucionar esse problema, mas é inegável que ganha força nos debates sobre o fim do tráfico.

A política de incentivo à emigração europeia surgia como um horizonte neste processo de substituição de trabalhadores escravos por homens livres.

Quase todo o litoral brasileiro estava povoado por quilombos. Os quilombos eram formados por negros que, através de diferentes formas, conquistavam a liberdade. Aceitavam brancos pobres e índios que quisessem somar aquele projeto do quilombo, ser livre e trabalhar para o bem comum. Lá eles viviam uma forma alternativa de organização social, tendo tudo em comum. As sobras de produção eram vendidas aos brancos das vilas.

A monarquia da época, percebendo o crescimento do poder econômico do negro e que os brancos do interior estavam perdendo a valiosa mão-de-obra para sua produção, decretam a Lei da Terra nº 601, de 18 de setembro de 1850. Esta lei dispõe sobre as terras devolutas do Império:

"... a o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara D. Pedro II, por Graça de Deus e Unanime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que a Assembleia Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

(...) Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

A partir desta nova lei as terras só poderiam ser obtidas através de compra. Assim, com a dificuldade de obtenção de terras que seriam vendidas por preço muito alto, o trabalhador livre teria que permanecer nas fazendas, substituindo os escravos" (Chiavenato, 1986).

Seguida da Guerra do Paraguai de 1864 – 1870 Foi um dos instrumentos

usados pelo poder para reduzir a população negra do Brasil. Foi difundido que todos os negros que fossem lutar na guerra, ao retornar receberiam a liberdade e os já livres receberiam terra. Além do mais, quando chegava a convocação para o filho do fazendeiro, ele o escondia e no lugar do filho enviava de cinco a dez negros.

Antes da guerra do Paraguai, a população negra do Brasil era de 2. 500. 000 pessoas (45% do total da população brasileira). Depois da guerra, a população negra do Brasil se reduz para 1.500.000 pessoas (15% do total da população brasileira). Durante a guerra o exército brasileiro colocou o nosso povo negro na frente de combate e foi grande o número dos mortos. Os poucos negros que sobraram vivos eram os que sabiam manejar as armas do exército e Caxias (Luís Alves de Caxias, Duque de Caxias, 1803- 1880, importante militar) escreve para o Imperador demonstrando temor sobre este fato: "... à sombra dessa guerra, nada pode livrar - nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade, e tenha lugar uma guerra interna como no Haiti, de negros contra brancos, que sempre tem ameaçado o Brasil e desaparece dele a escassíssima e diminuta parte branca que há" (Viotté da Costa, 1986).

E em 1871 a lei do ventre livre (1871). Esta lei até hoje é ensinada nas escolas como uma lei boa: "Toda criança que nascesse a partir daquela data nasceria livre". Na prática, esta lei separava as crianças de seus pais, desestruturando a família negra. O governo abriu uma casa para acolher estas crianças. De cada 100 crianças que lá entravam 80 morriam antes de completar um ano de idade. O objetivo desta lei foi tirar a obrigação dos senhores de fazendas de criarem as crianças negras, pois já com 12 anos de idade as crianças saíam para os quilombos à procura da liberdade negada nas senzalas. Com esta lei surgiram os primeiros menores abandonados do Brasil. Em quase todas as igrejas do Brasil os

padres tocaram os sinos aplaudindo a assinatura desta lei.

E em 1885 a lei do sexagenário. Também é ensinada nas escolas atualmente como sendo um prêmio do "coração bom" do senhor para o escravo que muito trabalhou. Todo escravo que atingisse os 60 anos de idade ficaria automaticamente livre. Na verdade esta lei foi a forma mais eficiente encontrada pelos opressores, os fazendeiros donos de escravos, para jogar na rua os velhos doentes e impossibilitados de continuar gerando riquezas para os senhores de fazendas, surgindo assim os primeiros mendigos nas ruas do Brasil.

Também o decreto 528 das imigrações europeias. Com a subida ao poder do partido Republicano, a industrialização do país passou a ser ponto chave. A indústria precisava fundamentalmente de duas coisas: matéria prima e mão de obra. Matéria prima no Brasil não era problema. Quanto à mão de obra, o povo negro estava aí, disponível! A mão de obra passou a ser problema quando o governo descobriu que se o negro ocupasse as vagas nas indústrias, iria surgir uma classe média negra poderosa e colocaria em risco o processo de embranquecimento do país. A solução encontrada foi decretar no dia 28 de junho de 1890 a reabertura do país às imigrações européias e definir que negros e asiáticos só poderiam entrar no país com autorização do congresso. Esta nova remessa de europeus vai ocupar os trabalhos nas nascentes indústrias paulistas e assim os europeus pobres são usados mais uma vez para marginalizar o povo negro (Silva, 1983).

A lei áurea (Lei nº 3.357), por sua vez, ~~esta~~ foi uma farsa, na prática, quando a lei foi assinada, só 5% do povo negro vivia ainda sob regime de escravidão. Os demais tinham conseguido a libertação através dos próprios esforços.

Na verdade não foi nenhum ato de bondade da Princesa Isabel e sim um jogo

de interesses econômicos e político, a Inglaterra para estabelecer comercio com o Brasil exigiu que abolissem a escravidão, já que eles tinham feito e não concordavam com esta atitude.

Temos, ainda, e já no século XX, o Decreto 7967 de 1945, que torna oficial a priorização e diferenciação aos imigrantes, visando a "*necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da ascendência europeia*", conforme notamos em seu artigo 2º, pouco mais de duas décadas depois, vem a Lei 5465/68, dispor sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola, na qual 50% das vagas eram reservadas a candidatos agricultores ou filhos destes, ou seja, aquele grupo de imigrantes recebidos algumas décadas atrás, tinha, agora, metade das vagas garantidas nas universidades e escolas de ensino médio.

Capítulo 3

AS CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO NA SOCIEDADE

AS CONSEQÜÊNCIAS DO RACISMO NA SOCIEDADE

Estes fatos apresentados corroboraram a cultura do racismo, no Brasil e no mundo. E, como já citado, provocou a terrível e horrenda prática da escravidão que desde então arrasta-se uma trajetória marcada por preconceitos e discriminação mesmo que enrustido na falácia da “democracia racial”.

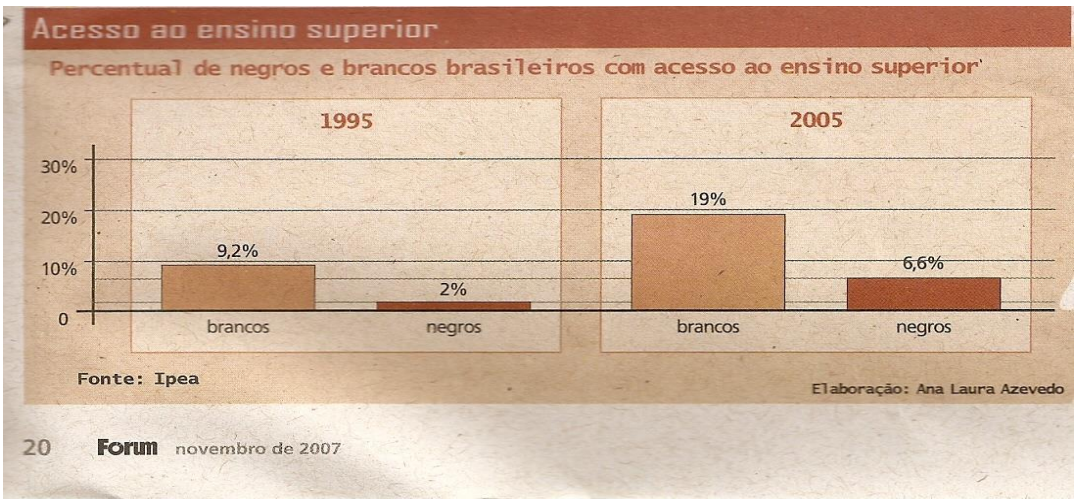
Com isto o problema do preconceito é visto como um fantasma que ronda os negros e não como um problema cultural. Contudo é fácil detectar discursos racistas disfarçados em figuras de linguagem, trocadilhos, chistes, frases feitas, provérbios, piadas e injúria racial. Em nossa cultura poderíamos enumerar o vasto número de piadas e termos que mostram como a distinção racial é algo corrente em nosso cotidiano.

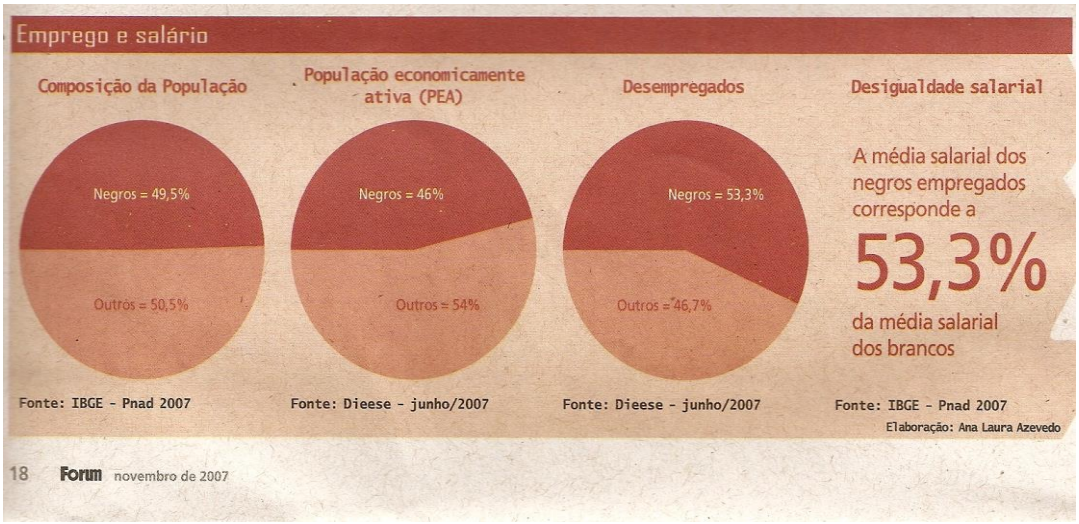
Quando alguém auto define que sua pele é negra, muitos se sentem deslocados. Parece ter sido dito algum tipo de termo extremista. Talvez chegamos a pensar que alguém só é negro quando tem pele “muito escura”. Com certeza, esse tipo de estranhamento e pensamento não é misteriosamente inexplicável. O desconforto, na verdade, denuncia nossa indefinição mediante a ideia da diversidade racial. Do ponto de vista científico nenhum indivíduo da mesma espécie possui características biológicas (Sousa, 2008), o que discutiremos mais tarde.

E com atitudes discriminatórias o problema tornou-se invisível. Este problema invisível é intitulado pela sociedade como um falso problema.

A discriminação também está presente no campo de trabalho, de acordo com os dados da revista Fórum, existem mais negros analfabetos do que brancos e este número se repete na educação superior, são poucos os alunos negros nas Universidades. Também na questão do emprego, o jovem negro é o mais afetado e

para o negro que consegue um emprego o salário médio equivale a 53,3% do valor recebido pelos brancos. Segundo os dados do IBGE a população negra corresponde á 49,5% da população. Essa discrepância em números é o resultado de anos de discriminação da sociedade e da entrada tardia do negro na escola. Veja abaixo gráficos extraídos da revista fórum.





Capítulo 4

BASES BIOLÓGICAS DAS RAÇAS HUMANAS

BASES BIOLÓGICAS DAS RAÇAS HUMANAS

Os genomas dos seres humanos são constituídos por cerca de 25.000 genes. Os genes que determinam a cor da pele são poucos se comparados ao número total de genes, entre quatro e seis (Penna, 2006). Estes genes apresentam adaptações biológicas ao clima local das muitas regiões geográficas pelas que o homem moderno se dispersou. A cor da pele pode ter sido determinada por dois fatores seletivos relacionados com os níveis de radiação ultravioleta do ambiente geográfico: a destruição do ácido fólico quando a radiação é excessiva e a incapacidade de a pele sintetizar vitamina D3 quando a ela é insuficiente. A vitamina D3 é formada na pele, pela ação dos raios ultravioleta da luz solar sobre um elemento (7-deidrocolesterol) presente na epiderme e o ácido fólico folacina ou ácido pteroil-L-glutâmico, também conhecido como vitamina B9 ou vitamina M, é necessária para a formação de proteínas estruturais e hemoglobina.

A cor da pele é determinada pela quantidade e o tipo do pigmento chamado melanina na derme, que é controlada por quatro a seis genes. Da mesma maneira que a cor da pele, outras características físicas externas como o formato da face, dos lábios, do nariz e a cor e a textura do cabelo são traços literalmente superficiais. Embora não conheçamos os fatores geográficos locais responsáveis pela seleção dessas características, é razoável assumir que esses traços morfológicos espelhem adaptações ao clima e outras variáveis ambientais de diferentes partes da Terra (Godoy, 1998). A distinção de um europeu, um asiático e um africano, por exemplo, é tarefa fácil quando se observa sua fisionomia. No entanto, essa facilidade desaparece completamente se se observa o genoma dessas pessoas (Penna, 2007), pois o número de genes que conferem os fenótipos representam uma fração mínima –ca. 0,02%- do conjunto de genes de um indivíduo. A classificação racial de

Homo sapiens é uma abordagem obsoleta do problema geral de diferenciação intra-específica. Neste sentido, cabe destacar que, no campo da Zoologia, era defendido até recentemente (1964) a aplicação do conceito de raça (Gould, 1999).

Mais um exemplo: Em *Retrato Molecular do Brasil*, o Penna (2000) fala acerca de sua pesquisa realizada para mapear o DNA do brasileiro. Foram utilizadas amostras de 147 indivíduos, sendo que 50 eram do Sudeste; 50 do Norte e 50 do Sul. O autor utilizou amostras de autodeclarados brancos para não afetar os resultados, pertencentes às classes média e média alta. Também incluiu amostras de trabalhadores do Vale do Jequitinhonha para que os resultados não fossem viciados. Penna mapeou o cromossomo Y (patrilinhagem) e o DNA mitocondrial (matrilinhagem). Os resultados obtidos indicam que 90% dos indivíduos têm um cromossomo Y de origem europeia e 60% dos indivíduos possuem matrilinhagem de origem africana ou ameríndia. Quer dizer, mesmo a "raça" branca brasileira compartilha a carga genética daqueles que sofrem racismo. Por tudo isto, podemos concluir que não existem, geneticamente, raças humanas.

Se tivermos acesso ao código genético de 10 africanos, 10 chineses e 10 ameríndios não daria para saber quem é de cada grupo geográfico (Penna, 2000).

Apesar da contundente conclusão à que se chega sob a ótica genética, eminentes biólogos, como James Watson, um dos cientistas que descobriu a estrutura de dupla hélice do DNA, declararam que negros são menos inteligentes que os brancos (Folha Online, 2007).

Capítulo 5

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Martin Luther King, Reverendo Batista dos Estados Unidos, disse em seu pronunciamento no dia 28 de agosto de 1963: "*Eu tenho um sonho, que um dia viverei num lugar onde meus filhos não serão julgados pela cor e sim pelo seu caráter*".

Passaram-se 45 anos do seu pronunciamento e o sonho de King ainda é um sonho. Infelizmente, mesmo com os avanços da ciência, da genética, com os descobrimentos da inexistência de raças e com as pesquisas apontando que uma pessoa, mesmo autodeclarada branca, possui em seu DNA genes africanos. Mesmo com tantas assertivas respaldadas pela ciência, crianças e adultos sofrem preconceito: o negro tem o menor salário que o branco; o negro está subrepresentado nas Universidades; a frase "ele é negro, mas é gente boa", está presente na boca de não negros.

Tempos atrás o homem imaginava que a idade da Terra era de 5000 anos. Graças aos avanços da ciência, sabe-se que tem 4,5 bilhões de anos. No entanto, ninguém rejeita esta ideia; afinal, a ciência o provou. Sendo assim, por que ideias racistas obsoletas ainda persistem? Não foi provado que estas teorias estavam erradas?

Devemos fazer como King e continuar sonhando. A frase da Conjuração Baiana sintetiza as relações raciais no Brasil, misturadas com um esboço de esperança: "Animai-vos povo bahiense que está pra chegar o tempo feliz de nossa liberdade; o tempo em que todos seremos irmãos; o tempo em que todos seremos iguais".

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, S.R. Direitos humanos na ordem mundial. RIO DE JANEIRO. 2006.

BATISTA, P.M. Evangelização ou escravidão? SÃO PAULO. VIDA PASTORAL, 138. 1988.

CAVALLEIRO, E. Racismo e anti-racismo na escola. SÃO PAULO. FNDE. 2001.

CHAUI, M. Cultura e racismo. In: Princípios, 29. SÃO PAULO. ANITA. 1993.

CHIAVENATO, E.S. & AFONSO, M.L. O negro migrante. SÃO PAULO. In: SEM FRONTEIRAS. 1986.

CHIAVENATO, J. J. O negro no Brasil. SÃO PAULO. VOZES. 1989.

GIOVANNI, J. R. & GIOVANNI, JR. A conquista da matemática. SÃO PAULO. FDE. 2001.

GOULD, J.S. Darwin e os grandes enigmas da vida. SÃO PAULO. MARTINS FONTES. 1999.

GOULD, S.J. A falsa medida do homem. MARTINS FONTES, SÃO PAULO. 1991.

HERRNSTEIN, R.J. & MURRAY, C. The bell curve. Intelligence and class structure in American life. FREE PRESS. GLENCOE, 1994.

JESUS, E. Escola: espaço para a construção da identidade da criança negra. SÃO PAULO. 2006.

LIMA, L.d.O. Histórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho. RIO DE JANEIRO/BRASÍLIA. 3. ED. 1993.

MACMILLAN, F.G. Inquires into Human Faculty and it Development. 2 EDIÇÃO. ESTADOS UNIDOS. 1883.

MASSAD, A. Reverter a Desigualdade histórica. REVISTA FÓRUM. N° 56 ANO 6. NOVEMBRO. 2007.

MENEGHELTO, M. P. Viver e aprender. De olho no futuro. SÃO PAULO. QUINTETO EDITORIAL. 2001.

MUNANGA, K. Para entender o negro no Brasil hoje: Histórias, Realidade, problemas e caminhos. Nilma lino Rodrigues. SÃO PAULO. GLOBAL. 2004.

NEGRÃO, E. IN: Folha On-line, Caderno de pesquisa, 65 (CONSULTADOS EM 19/10/2007).

PENNA, S. Retrato Molecular do Basil. REVISTA CIENCIA HOJE. ABRIL 2000.

PENNA, S. À flor da pele. RIO DE JANEIRO. VIEIRA E LENTZ. 2007.

SANTOS G.A. Invenção do ser negro. SÃO PAULO/ RIO DE JANEIRO. EDUC/FAPESP. 2006.

SOUSA, R. Democracia racial. www.brasilescola.com/historia/democracia-racial.htm. (ACESSADO EM 16/09/2008).

VILHENA, V. & ZAMORA, F.. As cidades e as formas de viver. RIO DE JANEIRO. ED. MUSEU DA REPÚBLICA. 2001.

VIOTTÉ, d.C.E. A Abolição. SÃO PAULO. GLOBAL. 1986.

WHITE, E. G. Spiritual Gifts, 1 EDIÇÃO. 1864. (EDIÇÃO DE 1870). WWW. QUOTEMEONIT.COM/RACISM. HTML (ACESSADO EM 6 DE MAIO DE 2008)

NINA RODRIGUES, 1977:264, apud MARIA CORREA, AS ILUSÕES.....p. 49

A BUSCA DE UM CAMINHO PARA O BRASIL: A trilha do círculo viciosa. HELIO SANTOS. 2ª ed. São Paulo: Edtora SENAC, 2003. P. 67

NEGROS O BRASIL NOS DEVE MILHÕES: 120 ANOS DE UMA ABOLIÇÃO INACABADA. CLAUDETE ALVES. 2ª Ed. São Palo: Scortecci. 2008. P. 349/352.

AS ILUSÕES DA LIBERDADE. MARIZA CORREA, 2ª ed. revista. Editora da Univ São Francisco. Bragança Paulista, 2001. P. 63).

Currículo da

AUTORA

CAMILA DO NASCIMENTO

Cursou em 1995 Magistério CEFAM, em 2008 formou-se em Licenciatura Ciências da Natureza pela Universidade de São Paulo, EACH. Cursou Pedagogia (FALQ) 2009-2010. Participou do Módulo solos e Biologia. (Carga horária: 5h) na Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Também em 2009; do Congresso Internacional de Educação de Jundiaí, 2009; do 1º Encontro de divulgação em ensino de Ciências (1º EDEC); Expositor de mostra educacional (Estação Ciência), 2008; 1º Seminário do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza, 2008; Encontro Pedagógico do Colégio Objetivo em 2007; Treinamento para professores de Musealização da divisão de difusão cultural MAE/USP, 2007; Desafio e perspectivas da Jornada ampliada: Prevenção e erradicação do Trabalho Infantil (PETI). 2006; Projeto Mente inovadora, 2010.Estagiou na Estação Ciência na área da física em 2008. Realizou projetos como: África e sua influência na Cultura Brasileira (Aprovado pelo CEMP), projeto desenvolvido na Escola Estadual Olzanetti Gomes, em 2007. Idealizou e organizou: OLIMPIADA BRASILEIRA DE ASTRONOMIA.(OBA) Escola Rotary Club. 2011. Atua como Professora de Ensino Fundamental I pela Prefeitura Municipal de Jundiaí-SP, desde 2009.

ISBN 978-65-994079-2-5

Editora MultiAtual